

COMISSÃO DE ÉTICA VAI JULGAR CATTANI

Presidente em exercício da Assembleia Legislativa, a deputada estadual Janaina Riva (MDB) determinou na manhã desta quarta-feira, 31 de maio, que seja instalada a Comissão de Ética da Casa para analisar o requerimento de investigação e afastamento contra o deputado estadual Gilberto Cattani (PL), pelas falas recentes comparando mulheres e vacas. Janaina recebeu a presidente da Comissão da Mulher da OAB, Glaucia Amaral, junto com a defensora pública-geral, Maria Luziane, que protocolaram documentos pedindo a investigação e abertura de um procedimento contra Cattani por quebra de decoro parlamentar

PÁG. 4

Desconto do IPVA é prorrogado até junho

A Secretaria de Fazenda de Mato Grosso (Sefaz-MT) prorrogou o vencimento do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), referente ao exercício 2023, para o dia 12 de junho. A alteração abrange apenas os pagamentos da primeira parcela ou realizados de forma integral que deveriam ser pagos, inicialmente, nesta quarta-feira (31). De acordo com a secretaria, a data de vencimento foi postergada devido ao elevado fluxo de acesso ao sistema de pagamento do IPVA, que gerou uma instabilidade no sistema

PÁG. 3



Mauro defende Ferrogrão no STF

Uma comitiva de políticos de Mato Grosso, liderada pelo governador Mauro Mendes (União), esteve em Brasília nesta terça-feira, 30 de maio, na tentativa de sensibilizar os ministros do Su-

premo Tribunal Federal (STF) a derrubar a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 6553, movida pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL). Uma liminar neste processo suspen-

deu a eficácia da lei nº 13.452/2017, que alterou os limites do Parque Nacional do Jamanxim para permitir a construção da Ferrogrão (EF-170), que deverá ligar Sinop ao porto de Miriti-

tuba, no Pará. O processo retorna para julgamento nesta quarta-feira, 31. A Procuradoria-Geral da República é favorável à manutenção da lei e construção da ferrovia

PÁG. 3

'TRANSPORTE ZERO' CAUSA REVOLTA



Gilberto Leite

Um projeto enviado de última hora pelo governo de Mato Grosso causou confusão na Assembleia Legislativa na manhã de quarta-feira, 31 de maio. O texto proíbe o transporte, armazenamento e comercialização de peixes pescados nos rios de Mato Grosso pelo prazo de cinco anos. O texto prevê que a proibição começa a valer em janeiro de 2024, sob o argumento de que é necessário repovoar os rios. O texto foi encaminhado para primeira votação em plenário nesta quarta, mas a análise foi suspensa por um pedido de vista do deputado estadual Wilson Santos (PSD)

PÁG. 5

JOVEM É ESPANCADO E DEIXADO PARA MORRER

PÁG. 5



Reprodução/Instagram

GLADIADOR DE MT DESAFIA AMERICANO: "VAMOS PRA GUERRA"

PÁG. 6



Leia a versão digital do Estadão Mato Grosso no seu celular pelo QR Code ao lado!

QUINTA - 01/06
↑ 31°
↓ 20°
☁️☀️

EDITORIAL

Retrocesso vacinal

Entre as consequências mais graves da pandemia de covid-19, a vacinação infantil contra doenças já conhecidas - como meningite, coqueluche e sarampo - registrou o pior dos retrocessos. Levantamento realizado com base nos dados do Ministério da Saúde apontou que a vacinação infantil atingiu o menor patamar em três décadas, abrindo margem para o retorno de doenças que já não faziam mais parte do cotidiano dos brasileiros, como a poliomielite.

Esse retrocesso já vinha acontecendo silenciosamente desde 2016. A pentavalente - que protege contra difteria, tétano, coqueluche, hepatite B e bactéria Haemophilus - tinha cobertura de 96% em 2013, que caiu para 84% em 2017 e atingiu 68% em 2021. A tríplice viral, que protege contra o sarampo, rubéola e caxumba, caiu de 107% de cobertura vacinal em 2013 para 86% em 2017 e chegou a 71% em 2021. Não é de se espantar que Roraima tenha vivido um surto dessa doença em 2018.

Outrora conhecido como um exemplo na imunização infantil, o Brasil corre o risco de ver a ressurgência de doenças que já haviam sido esquecidas. Para alguns especialistas, é um problema decorrente do próprio sucesso do programa de imunização, já que a prevenção dessas doenças graves faz a população esquecer que elas existiam e, assim, passa a negar os benefícios da vacinação.

Mas também há um 'dedinho' estatal incentivando a queda na vacinação, por meio do corte de verbas destinadas à publicidade das campanhas de vacinação. Esses recursos vêm sendo cortados constantemente desde 2017, quando se investia R\$ 97 milhões ao ano para levar os brasileiros aos postos de vacinação. Desde então, caiu para R\$ 86 milhões em 2018 e foi caindo até chegar ao patamar mínimo de R\$ 33 milhões em 2021, ano da pandemia. Justamente o ano da pior cobertura vacinal em 30 anos. Isso sem falar nas ações mais recentes que contestaram a necessidade de vacinar crianças

contra a covid-19, levando o país e responsáveis a contestar a vacinação como um todo.

Com a baixa vacinação, algumas regiões do Brasil já sofrem com surtos de doenças que eram consideradas sob controle. Além do surto de sarampo em Roraima, houve surto de febre amarela em nove estados entre 2016 e 2017, e de coqueluche, além de casos de difteria e doença meningocócica. Essas doenças causavam internações constantes entre 1980 e 1990, mas foram aos poucos caindo no esquecimento devido ao avanço da vacinação.

Para recuperar a cobertura vacinal e retornar o patamar de imunização, será necessário um esforço hercúleo do governo. A comunicação deve exercer um papel primordial, lembrando à população dos danos que essas doenças causavam em décadas passadas, quando as vacinas não eram tão disponíveis. Também é preciso combater a ideologização das campanhas de vacinação. Não será fácil, mas nossas crianças merecem a chance de um futuro.

Vazamento de dados

Eduardo Tardelli (*)

Os casos de vazamento de dados têm avançado de maneira acelerada nos últimos anos. Para se ter uma ideia, somente no primeiro trimestre de 2022, 286 mil brasileiros tiveram seus dados expostos a partir de informações na internet, segundo um levantamento feito pela SurfShark, empresa especializada em privacidade.

Dentre as informações que foram divulgadas estão e-mail, senhas, números de telefones e documentos pessoais como CPF e RG. Inclusive, há casos em que foram feitos saques de auxílio financeiro e até mesmo empréstimos utilizando informações pessoais de vítimas, por exemplo.

A partir do momento que criminosos têm acesso a informações tão delicadas e sensíveis, eles podem se passar por essa empresa ou pessoa e tentar obter algum tipo de vantagem. Inclusive, há casos em que foram feitos saques de auxílio financeiro e até mesmo empréstimos utilizando informações pessoais de vítimas, por exemplo.

Neste cenário, alguns podem se perguntar: o que as empresas podem fazer para evitar se envolver em vazamentos de dados, como aconteceu recentemente com grandes organizações? Um excelente primeiro passo é investir em uma política de senhas fortes, a fim de evitar que cibercriminosos acessem as contas da organização.

A realização de backups de materiais importantes também é fundamental, ao passo que possibilita o armazenamento seguro de aplicações e dados sigilosos. Aliado a isso, existem outras medidas que podem ser adotadas, como: apostar em um antivírus de qualidade; realizar auditorias de segurança interna para verificar e garantir que tudo está sob controle; e incentivar os funcionários a utilizarem a VPN (Rede

Virtual Privada), capaz de criptografar a comunicação com a internet e evitar o vazamento de dados da empresa.

Com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) em vigor, as empresas não podem abrir nenhuma brecha com relação ao vazamento de informações sigilosas. Afinal, caso ocorra algum incidente, elas serão responsabilizadas e enfrentarão medidas rígidas, como pagar de 2% do faturamento bruto até 50 milhões de reais de multa.

O vazamento de dados é preocupante para todos, seja para uma pessoa física ou jurídica. Ademais, estamos nos aproximando do terceiro trimestre de 2023, período em que acontecem os maiores índices de ataques hackers, uma vez que os cibercriminosos aprimoram suas técnicas, de olho nas datas sazonais, como Black Friday, Natal e Ano Novo.

Portanto, na era dos vazamentos de dados, todo cuidado é pouco. A fim de reduzir as vulnerabilidades e, consequentemente, prejuízos financeiros e de impacto negativo à marca no mercado, os empresários devem investir cada vez mais em tecnologias, capacitação profissional e, sobretudo, em protocolos de resposta a incidentes.

Passou da hora das empresas brasileiras priorizarem a segurança digital e implementarem mecanismos de controle e governança mais sofisticados, aliado a um planejamento eficiente direcionado para eventos de crise.

Certamente, quem não fizer isso nos próximos meses, poderá ter prejuízos imensuráveis.

**EDUARDO TARDELLI é CEO da upLexis, empresa de tecnologia que desenvolve soluções para busca e estruturação de informações extraídas de grandes volumes de dados (Big Data) da internet e outras bases de conhecimento.*



VARIOLA DOS MACACOS: CUIDADOS, PREVENÇÃO E DIAGNÓSTICO

Apesar de levar o nome de "varíola dos macacos", a transmissão da doença não está relacionada aos macacos. O nome vem da descoberta inicial do vírus em macacos em um laboratório dinamarquês em 1958. Até o momento, o mundo registra 41,5 mil casos distribuídos em 96 países.

De acordo com a Organização Mundial da Saúde, 98,5% dos casos estão entre pessoas do sexo masculino. Desse percentual, 76,5% é de homens entre 18 e 44 anos; 0,5% de 0 a 17 anos e 0,1% de 0 a 4 anos. A idade mediana dos infectados é 36 anos.

O sintoma mais comum nas pessoas diagnosticadas com a doença é a febre. No Brasil, além da reação térmica do corpo, pacientes relataram inchaço de gânglios, erupções na pele e dores musculares. Quanto aos locais das erupções, 59,9% acometeram órgãos genitais dos infectados, 44,4% no tronco e 40,3% em membros superiores.

Ao sentir algum sintoma suspeito que possa ser compatível com a varíola dos macacos, também conhecida como monkeypox, procure uma Unidade Básica de Saúde (UBS) ou Unidade de Pronto Atendimento para avaliação. Informe se você teve contato próximo com alguém com suspeita ou confirmação da doença. Se possível, isole-se e evite o contato próximo com outras pessoas.

OS SINAIS E SINTOMAS, EM GERAL, INCLUEM:

Erupção cutânea ou lesões de pele; Adenomegalia/Linfonodos inchados (ingua); Febre; Dores no corpo; Dor de cabeça; Calafrio; Fraqueza.

DIAGNÓSTICOS - Caso suspeito: pessoa de qualquer idade que apresenta início súbito de lesão em mucosas e/ou erupção na pele aguda profunda e bem circunscrita de monkeypox, única ou múltipla, em qualquer parte do corpo; e/ou dor proctite (por exemplo, dor anorretal, sangramento) e/ou edema peniano, podendo estar associada a outros sintomas.

Caso provável: caso que atende à definição de caso suspeito, que apresente um ou mais critérios (Plano de Contingência

- página 8), com investigação laboratorial de varíola dos macacos não realizada ou inconclusiva, e que o diagnóstico da doença não pode ser descartado apenas pela confirmação clínico-laboratorial de outro diagnóstico.

Caso confirmado: caso suspeito com resultado laboratorial "positivo/detectável" para varíola dos macacos por diagnóstico molecular (PCR em tempo real e/sequenciamento).

Caso descartado: caso suspeito com resultado laboratorial "negativo/não detectável" para varíola dos macacos por diagnóstico molecular (PCR em tempo real e/sequenciamento).

PREVENÇÃO - A principal forma de proteção contra a monkeypox é a prevenção. Assim, aconselha-se a evitar o contato direto com pessoas com suspeita ou confirmação da doença. E no caso da necessidade de contato (por exemplo: cuidadores, profissionais da saúde, familiares próximos e parceiros, etc.) utilizar luvas, máscaras, avental e óculos de proteção.

Pessoas com suspeita ou confirmação da doença devem cumprir isolamento imediato, não compartilhar objetos e material de uso pessoal, tais como toalhas, roupas, lençóis, escovas de dente, talheres, até o término do período de transmissão.

Lave regularmente as mãos com água e sabão ou utilize álcool em gel, principalmente após o contato com a pessoa infectada, suas roupas, lençóis, toalhas e outros itens ou superfícies que possam ter entrado em contato com as erupções e lesões da pele ou secreções respiratórias (por exemplo, utensílios, pratos).

Lave as roupas de cama, roupas, toalhas, lençóis, talheres e objetos pessoais da pessoa com água morna e detergente. Limpe e desinfete todas as superfícies contaminadas e descartar os resíduos contaminados (por exemplo, curativos) de forma adequada.

Todas as informações sobre a varíola dos macacos estão disponíveis no site do Ministério da Saúde (www.gov.br/saude/pt-br)

CPR na Recuperação Judicial

Allison Sousa (*)

O Poder Judiciário de Mato Grosso, neste ano de 2023, começa a receber uma enxurrada de recuperações judiciais envolvendo o agronegócio e, como era de esperar, a inovação da Lei 11.101/05, por advento das modificações trazidas pela Lei 14.112/20, estão fazendo com que os juristas "quebrem" a cabeça para resolver dois grandes problemas referentes a duas dívidas: aquela oriunda das denominadas Cédula de Crédito Rural (CPR's) e as que decorrem dos financiamentos realizados pelas Cooperativas de Crédito por meio do "ato cooperado".

Este artigo se destina a tratar exclusivamente sobre a CPR, com o propósito de chamar a atenção a uma questão bem didática. Pode este título, realmente, ser excluído dos efeitos da recuperação judicial? No meu entender, não. Explico.

Realmente, a Lei 14.112/20 foi um importante mecanismo de regras que regulamentou, além da Recuperação Judicial Lei 11.101/05, a Lei 8.929/94 (que instituiu a CPR no mercado financeiro). Portanto, uma mesma norma jurídica modificou duas outras normas distintas, cada qual com a sua matéria específica.

No âmbito da recuperação judicial, além da inovação sobre o sistema de financiamento para o negócio em dificuldade, substituição da Assembleia Geral de Credores por meio de um Termo de Adesão por Maioria (TACOM), a possibilidade do produtor rural pessoa física se submeter ao processo concursal, também estabeleceu um rol de dívidas que não se submetem aos efeitos da Recuperação Judicial, tudo devidamente exaurido pelo art. 49.

Este dispositivo, que não comporta uma interpretação literal maior do que efetivamente está ali escrito, não fez qualquer menção à CPR. Ou seja, não excluiu a CPR dos efeitos da Recuperação Judicial!

Esta exclusão defendida por tradings e demais credores do agro está sendo justificada pelo art. 11 da Lei 8.929/94,

cuja redação, inclusive, tinha sido vetada pelo então Presidente Bolsonaro.

Este fenômeno, no qual há a coexistência de duas normas regulamentando a mesma situação jurídica, é previsto na Legislação Brasileira como "conflito aparente de normas", cuja solução também se dá por uma regra bem simples. A denominada Lei Especial.

Ou seja, deve prevalecer o dispositivo legal mais específico, tornando inaplicável aquele que trata a matéria de modo geral. E versando a questão sobre submissão de crédito, a lógica é que se aplica a Lei de Recuperação Judicial, que nunca excluiu a CPR dos seus efeitos.

E essa afirmação não é uma construção subjetiva deste articulista, mas da leitura do próprio artigo 49 da Lei 11.101/05, segundo o qual TODAS as obrigações contraídas até o pedido de recuperação judicial devem sujeitar-se a este processo, cuja exceção obriga o julgador a conferir o rol taxativo dos parágrafos seguintes que, como dito, em nenhum deles é possível encontrar a CPR.

Esta posição aqui defendida começa a ganhar corpo no Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, que já se depara com listas de crédito verificadas pelos administradores judiciais, que estão mantendo a CPR dentro do processo.

E deste modo, mais uma vez, o Estado mais pujante do agro vai definir o rumo dessa discussão, tendo sempre a Lei como a maior fonte de decisão. Cabe a nós, operadores do direito, laborarmos em prol do sistema construtivo da ordem jurídica, que no caso da CPR impõe a submissão do crédito como forma de manter o equilíbrio das negociações que lastreiam todo o sistema da Recuperação Judicial, uma vez que, além de tratar-se do contrato mais utilizado para o custeio de sua safra, a sua retirada seria um contrassenso para o propósito de salvar o negócio da crise em que o agro enfrenta.

ALLISON SOUSA é empresário, advogado e sócio da ERS



PUBLICIDADE LEGAL

ANUNCIE BALANÇOS, EDITAIS E AVISOS.

(65) 99228-9990

ATAS • EDITAIS • BALANÇOS • EXTRAVIOS
• CONVOCAÇÕES • REGULAMENTOS
ESTATUTOS • AVISOS DE LICITAÇÕES...

P
UBLICAR

Jornal ESTADÃO Mato Grosso
FUNDADOR
GEANDRÉ FRANK LATORRACA - MICHELLE DORILEO
EM 2019

DIRETOR GERAL:
GEANDRÉ FRANK LATORRACA

DIRETOR COMERCIAL:
TIAGO DORILEO

EDITOR CHEFE:
GABRIEL SOARES

EDITORIA ADJUNTA:
CÁTIA ALVES

EDITOR ADJUNTO:
TARLEY CARVALHO

EDITOR DE ARTE:
AQUILES A. AMORIM

FOTOGRAFIA:
GILBERTO LEITE

REPORTAGEM:
IGOR GUILHERME
RAFAEL MACHADO

ESTAGIÁRIOS:
BRUNA CARDOSO
DANIEL GUIMARÃES

COLUNISTAS SOCIAIS:
HEBERT MATTOS
VALDOMIRO ARRUDA
WARNER WILLOW

EDITORIA / SOCIAL MEDIA:
GLÁUCIA M. R. DE ALMEIDA

AGÊNCIAS DE NOTÍCIAS:
AGÊNCIA BRASIL

Os artigos de opinião assinados por colaboradores e/ou articulistas são de responsabilidade exclusiva de seus autores e não representam a opinião deste veículo.

Colabore com o debate público sobre nosso estado. Envie artigos e opiniões para: redacao@estadaomatogrosso.com.br

EM JULGAMENTO

Mauro defende Ferrogrão no STF

Governador demonstrou aos ministros que ferrovia é essencial ao desenvolvimento de Mato Grosso, além de ser ambientalmente correta

Rafael Machado

Uma comitiva de políticos de Mato Grosso, liderada pelo governador Mauro Mendes (União), esteve em Brasília nesta terça-feira, 30 de maio, na tentativa de sensibilizar os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) a derrubar a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 6553, movida pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL).

Uma liminar neste processo suspendeu a eficácia da lei nº 13.452/2017, que alterou os limites do Parque Nacional do Jamanxim para permitir a construção da Ferrogrão (EF-170), que deverá ligar Sinop ao porto de Miriutuba, no Pará. O processo retorna para julgamento nesta quarta-feira, 31.

De acordo com o governador, o grupo se encontrou com os ministros André Mendonça, Luiz

Fux, Gilmar Mendes e Dias Toffoli para destacar que Mato Grosso precisa da construção dessa ferrovia para ajudar no escoamento de grãos, na economia do estado e, consequentemente, do país. Mauro ainda ressaltou o papel ambiental da ferrovia, que ajuda a reduzir a poluição na atmosfera e vai trazer mais competitividade para a economia do estado de Mato Grosso. Nos próximos anos, vamos continuar crescendo no agronegócio mato-grossense e precisamos ter um meio de transporte mais inteligente e

"Mostramos a esses ministros o quanto que a ferrovia é mais barata para o transporte de grãos no estado de Mato Grosso, que ela ambientalmente é mais correta porque vai emitir muito menos dióxido de carbono, menos poluição na atmosfera e vai trazer mais competitividade para a economia do estado de Mato Grosso. Nos próximos anos, vamos continuar crescendo no agronegócio mato-grossense e precisamos ter um meio de transporte mais inteligente e



Mauro explicou aos ministros do STF sobre a importância da Ferrogrão para o desenvolvimento de Mato Grosso

mais barato para fazer os nossos produtos chegarem de forma competitiva a mais de 100 países para os quais nós exportamos", destacou.

Em 2021, o ministro Alexandre de Moraes suspendeu a lei que alterou os limites do Parque Nacional do Jamanxim. A lei excluiu cerca de 862 hectares do

Parque Nacional do Jamanxim, para destiná-los aos leitos e às faixas de domínio da EF-170 e da BR-163. Com isso, ficam suspensos também os pro-

cessos para construção da ferrovia.

O partido alega que a lei é fruto da conversão da MP 758/2016 e, portanto, inconstitucional. Isso porque a Constituição Federal estabelece que a alteração de uma unidade de conservação ambiental só pode ser feita por meio de lei, com amplo debate e participação da sociedade, o que não é o caso das medidas provisórias. Estas são atos urgentes do presidente da República, que não ensejam qualquer debate público.

A Procuradoria-Geral da República (PGR) e a Advocacia-Geral da União (AGU) emitiram pareceres favoráveis à construção da ferrovia. Porém, recentemente a AGU mudou seu parecer, afirmando que deve-se permitir os estudos da Ferrogrão, mas a lei continua sendo inconstitucional e precisaria ser refeita.

PREÇOS DOS COMBUSTÍVEIS

Redução em MT foi maior que no resto do país

Da redação

O Procon Estadual, vinculado à Secretaria de Assistência Social e Cidadania (Setasc), divulgou na quarta-feira (31) o resultado do levantamento de preços dos combustíveis realizado em Mato Grosso, durante o Mutirão do Preço Justo.

Os menores valores médios para pagamento à vista, em dinheiro, para os três tipos de combustíveis monitorados foram encontrados em Várzea Grande: R\$ 4,97 por litro de gasolina, R\$ 5,17 para o diesel S-10 e R\$ 4,96 para o diesel S-500.

Já os maiores preços foram verificados em Confresa para a gasolina comum (R\$6,49); e Aripuanã para o diesel S-10 (R\$6,31) e diesel S-500 (R\$6,25).

No total foram fiscalizados 250 postos de combustíveis no Estado, entre os dias 23 e 26 de maio, em ação conjunta realizada pelo Procon-MT e Procons Municipais.

A secretária adjunta de Proteção e Defesa dos

Direitos do Consumidor (Procon-MT), Gisela Simona, explica que a pesquisa realizada no Estado mostra que, na maioria dos municípios de Mato Grosso, os valores cobrados pelos combustíveis acompanham a média nacional.

"Em alguns locais, ainda, o preço está abaixo dessa média. Cuiabá, por exemplo, é a capital que registrou o menor valor para a gasolina no país durante o Mutirão", destaca.

Conforme dados da Agência Nacional do Petróleo (ANP), nas últimas quatro semanas em Mato Grosso houve redução nos preços da gasolina, diesel S-10 e S-500 para o consumidor final acima da redução média no Brasil.

"Para a o diesel S-500, por exemplo, a média de redução foi de 74 centavos no Estado. No mesmo período, a redução média no país foi de 46 centavos. Para a gasolina comum, Mato Grosso teve redução média de 30 centavos, enquanto a redução média

no país foi de 26 centavos. Já para o diesel S-10, Mato Grosso teve redução de 67 centavos e no país a redução média foi de 48 centavos", informa o coordenador de Fiscalização, Controle e Monitoramento de Mercado do Procon-MT, Ivo Vinícius Firmo.

Além do Procon Estadual, participam do Mutirão do Preço Justo os Procons Municipais de Alta Floresta, Aripuanã, Cáceres, Campo Verde, Campos de Júlio, Confresa, Cuiabá, Diamantino, Juara, Juína, Lucas do Rio Verde, Nova Ubiratã, Tangará da Serra, Rondonópolis, São José do Rio Claro, Sapezal, Sinop, Paranatinga, Pedra Preta e Várzea Grande.

MUTIRÃO DO PREÇO JUSTO - Os dados de Mato Grosso - com os preços do maior e do menor valor por município - foram enviados à Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon), que organizou o Mutirão do Preço Justo em todo o país.

O objetivo do monitoramento foi verificar se

os postos de combustíveis estão repassando as variações de preço ao consumidor final, após a redução anunciada pela Petrobrás no dia 16 de maio. O resultado do levantamento nacional também foi divulgado nesta terça-feira (30.05) e está disponível no site do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP).

O Mutirão é a primeira etapa das ações anunciadas pela Senacon que previu a criação do Comitê Permanente de Monitoramento do Mercado de Combustíveis com a participação das instituições de defesa do consumidor e agentes técnicos na qualidade, segurança e precificação de combustíveis.

Caso encontrem irregularidades no preço dos combustíveis, a população pode registrar reclamações e denúncias pelo canal disponibilizado pela Senacon. Se preferir, o consumidor também pode procurar a unidade de Procon mais próxima de sua residência.



Mutirão do Procon constatou que redução de preços em MT foi maior do que a média nacional

NOVO PRAZO

Desconto do IPVA é prorrogado até 12 de junho

Da redação

A Secretaria de Fazenda de Mato Grosso (Sefaz-MT) prorrogou o vencimento do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), referente ao exercício 2023, para o dia 12 de junho. A alteração abrange apenas os pagamentos da primeira parcela ou realizados de forma integral que deveriam ser pagos, inicialmente, nesta quarta-feira (31).

De acordo com a secretaria, a data de vencimento foi postergada devido ao elevado fluxo de acesso ao sistema de pagamento do IPVA, que gerou uma instabilidade. O novo prazo será publicado por meio de decreto no Diário Oficial.

O secretário adjunto de Projetos Estratégicos, Vinícius Simioni, explica que a mudança tem como objetivo possibilitar que os contribuintes tenham mais tempo para fazer o paga-

mento do IPVA, aproveitando os descontos.

"O sistema IPVA, considerando a quantidade de acessos, está apresentando algumas instabilidades. Então, para disponibilizar para os contribuintes uma condição mais tranquila no pagamento do tributo, a data de vencimento foi prorrogada, ficando mantido todos os descontos, tanto do calendário do IPVA, quanto do Nota MT".

Para pagamento à vista é concedido um desconto de 15%. Quem opta em parcelar o valor tem 10% de redução em duas parcelas ou 5% em três vezes. Ainda é possível dividir o IPVA em até oito vezes, respeitando o valor limite por parcela de uma UPF-MT (R\$ 227,84).

É importante ressaltar que em casos de parcelamento, somente a data de vencimento da primeira parcela foi alterada para dia 12 de junho. As de-

mais seguem com o prazo de pagamento no final de cada mês.

Após a data limite, o IPVA deverá ser pago de forma integral, com acréscimos de multa por atraso, juros e correção monetária.

Em Mato Grosso, estão isentos do pagamento de IPVA os motoristas de aplicativo que utilizam veículos

movidos a Gás Natural Veicular (GNV) com até 1.600 cilindradas - o popular motor 1.6 -, desde que o veículo esteja registrado e licenciado em Mato Grosso, em nome de uma pessoa física.

BANCOS CREDENCIADOS - Os pagamentos relativos os IPVA, qualquer que seja a sua modalidade ou exercício de referência,

poderão ser efetuados mediante apresentação do Documento de Arrecadação às seguintes instituições financeiras:

Banco do Brasil; Banco do Bradesco; Banco Santander; Banco Itaú; Banco

Crédito Cooperativo do Brasil-S/A-Sicredi; Banco Cooperativo Financeira (Sicoob); Casas Lotéricas; Cooperativa de Crédito de Primavera do Leste (Primacred) e também nas unidades da Caixa Econômica Federal.

GOVERNO FEDERAL
MINISTÉRIO DA FAZENDA
CAIXA
UNIAO E RECONSTRUÇÃO

AVISO DE VENDA
Edital de Leilão Público nº 3089/0223-CPA/RE - 1º Leilão e nº 3090/0223-CPA/RE - 2º Leilão

A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CAIXA, por meio da CN Manutenção de Bens, torna público aos interessados que venderá, pela maior oferta, respeitado o preço mínimo de venda, constante do anexo II, deste Edital, no estado físico e de ocupação em que se encontra(m), imóvel (s) recebido (s) em garantia, nos contratos inadimplentes de Alienação Fiduciária, de propriedade da CAIXA. O Edital de Leilão Público - Condições Básicas, do qual é parte integrante o presente aviso de Venda, estará à disposição dos interessados de 26/05/2023 até 25/06/2023, no primeiro leilão, e de 04/07/2023 até 10/07/2023, no segundo leilão, em horário bancário, nas Agências da CAIXA em todo território nacional e no escritório do leiloeiro Sr. ORLANDO ARAÚJO DOS SANTOS, Setor Comercial Sul, SCS, Quadra 6, Bloco A, nº 71, Ed. José Severo, Sala 513, Asa Sul, Brasília-DF, Cep 70326-900, Fones (61) 3208-4981 / (61) 99534-8080 e atendimento de segunda a sexta das 8:00h às 18:00h, site: www.ogaleiloes.com.br O Edital estará disponível também no site: www.caixa.gov.br/movelscaixa. O 1º Leilão realizar-se-á no dia 25/06/2023, às 10h (horário de Brasília), e os lotes remanescentes, serão ofertados no 2º Leilão no dia 11/07/2023, às 10h (horário de Brasília), ambos exclusivamente no site do leiloeiro www.ogaleiloes.com.br

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CN MANUTENÇÃO DE BENS

GOVERNO FEDERAL
BANCO DO BRASIL
UNIAO E RECONSTRUÇÃO

Edital de Notificação

O Banco do Brasil S.A., conforme autorização concedida por intermédio da Portaria MF nº 202, de 21 de julho de 2004, Norma de Execução de Dívida MDA/SRA nº 01, de 29 de junho de 2011 e o contrato de financiamento entre este agente financeiro e o(s) mutuário(s) abaixo identificado(s), após esgotadas as tentativas de ciência por meio de notificação via remessa postal (AR), NOTIFICA POR OPERAÇÃO INADIMPLIDA DE CRÉDITO FUNDIÁRIO, que a não liquidação da operação no prazo máximo de 90 (noventa) dias, contados a partir da data de publicação deste Edital, resultará no encaminhamento de processo à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional PGFN, para inscrição em Dívida Ativa da União e tornará passível de inscrição no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal Cadin.

Para realização dos pagamentos devidos, o devedor deverá se dirigir à dependência do Banco responsável pela operação.

NOME	CPF	PARTICIPAÇÃO	Nº OPERAÇÃO
ESPOLIO APARECIDO MACIEL	61594636168	AVALISTA/FIADOR	4000004
ESPOLIO JOANINHA MARTINS BARBOZA	16157150106	AVALISTA/FIADOR	4000004

Item Campos André
Gerente Geral

CATTANI NA MIRA

AL vai instalar Comissão de Ética

Após pedido da OAB, presidente da Assembleia determina que comissão avalie conduta de deputado ao comparar gestação de mulheres com vacas

Gabriel Soares

Presidente em exercício da Assembleia Legislativa, a deputada estadual Janaina Riva (MDB) determinou na manhã desta quarta-feira, 31 de maio, que seja instalada a Comissão de Ética da Casa para analisar o requerimento de investigação e afastamento contra o deputado estadual Gilberto Cattani (PL), pelas falas recentes comparando mulheres e vacas. O pedido foi protocolado pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-MT) na mesma manhã.

Janaina recebeu a presidente da Comissão da Mulher da OAB, Gláucia Amaral, junto com a defensora pública-geral, Maria Luziane, que protocolaram documentos pedindo a investigação e abertura de um procedimento contra Cattani por quebra de decoro parlamentar. Os pedidos foram apresentados ao Colégio de Líderes da Assembleia, antes da determinação para instalação da Comissão de Ética.

Agora, os cinco blocos parlamentares vão indicar os representantes para compor a Comissão de Ética da Assembleia Legislativa.

A defensora pública-geral também requereu que Cattani seja afastado da presidência da Comissão de Direitos Humanos e Defesa da Mulher na Assembleia. Ele lidera o grupo desde fevereiro deste ano, após ser eleito pela maioria de seus membros.

Única mulher na Assembleia, Janaina já havia condenado publicamente a atitude de Cattani, por tratar as pautas femininas com "tanta banalização e deboche".

"Milhares de mulheres são vítimas de feminicídio e violência todos os anos. Enquanto eu for deputada, não permitirei que discurso de ódio seja feito contra mulheres, feministas ou não. Esse assunto não é piada e não é passível de brincadeira", escreveu a deputada nas redes sociais.

Cattani vem causando polêmica desde quando



Gilberto Leite

Única mulher na Assembleia, Janaina já havia condenado publicamente a atitude de Cattani

comparou as vacas que cria em sua propriedade rural com mulheres grávidas, usando como exemplo para defender sua bandeira contra o aborto.

"O aborto por si só já é um assassinato. Toda vez que meu touro fecunda minha vaca que está no cio, dentro do útero da minha vaca tem um bezerro, certo? Eu posso

fazer a conta: tenho tantos animais e esperar que daqui a nove meses terei mais um. Assim é com a mulher", disse o deputado, em entrevista ao Estadão Mato Grosso.

O deputado continuou a usar o exemplo até mesmo durante a sessão ao vivo da Frente Parlamentar de Combate ao Aborto "Pró-Vida", instalada na Assembleia Legislativa, o que fez o caso parar em rede nacional.

Já nesta segunda-feira (29), o deputado publicou um vídeo em suas redes sociais, 'pedindo desculpas' às vacas de sua fazenda, dizendo que sua intenção não era comparar a gestação deles com qualquer outro animal. Ele ainda culpou a mídia por ter 'desvirtuado' sua fala.

"Meninas, eu quero que vocês saibam que eu nunca comparei a gestação de vocês com outro animal ou qualquer coisa nesse sentido. [...] A mídia colocou como se estivesse comparando às militantes feministas. Isso eu jamais faria. Portanto, eu quero pedir a vocês que, por favor, me desculpem. Eu jamais iria comparar... não fiquem bravas, calma. Jamais iria comparar vocês com as feministas, de maneira alguma. Me desculpem", disse.

FALAS MACHISTAS

OAB e Defensoria pedem afastamento de Cattani

Cátia Alves | Rafael Machado

Representantes da Defensoria Pública-Geral de Mato Grosso e a Comissão da Mulher Advogada da Ordem dos Advogados do Brasil em Mato Grosso (OAB-MT) estiveram na manhã desta quarta-feira, 31 de maio, na Assembleia Legislativa de Mato Grosso para protocolar um pedido de investigação e afastamento contra o deputado estadual Gilberto Cattani (PL), devido às falas que comparam a gravidez de mulheres às das vacas.

Em documento entregue à Presidência da Assembleia, a OAB ainda pede que Cattani seja afastado da presidência da Comissão de Direitos Humanos e Defesa da Mulher.

"Entendemos que o deputado não só fez a primeira manifestação, como deu sequência às falas, o que

configura uma violação de decoro parlamentar. Por isso, estamos aqui para pedir providências quanto à conduta, por meio de apuração dessas falas e eventual punição", disse a defensora pública-geral Maria Liziane.

Em conversa com jornalistas, ela enfatizou que não compete à Defensoria punir o deputado, mas sim à Comissão de Ética da Assembleia Legislativa.

"Tem que ser feita uma análise pela Casa. Mas, o que a gente não pode, eu como mulher, como mãe e ainda como chefe de uma instituição como a Defensoria, que atua fortemente em defesa das mulheres, contra a violência, é ficar calada. Não poderíamos deixar de nos manifestar", pontuou.

Cattani vem causando polêmica desde quando comparou as vacas que cria em sua propriedade

rural com mulheres grávidas, usando como exemplo para defender sua bandeira contra o aborto. Já nesta segunda-feira (29), o deputado publicou um vídeo em suas redes sociais, "pedindo desculpas" às vacas de sua fazenda, dizendo que sua intenção não era comparar a gestação deles com qualquer outro animal. Ele ainda culpou a mídia por ter desvirtuado sua fala.

A nova fala de Cattani reacendeu o debate, jogando ainda mais "lenha na fogueira". Para a defensora Liziane, é preciso que a Assembleia responsabilize o deputado.

"Sem sombra de dúvidas, entendemos que não pode passar impune. Não pode haver esse tipo de situação e não ter nenhuma atitude por parte da Assembleia. O que esperamos é que isso seja apurado e que haja uma responsabili-

zação", cobrou a defensora Maria Liziane.

Gláucia Amaral, presidente da Comissão das Mulheres da OAB, contou que se reuniu com a deputada estadual Janaina Riva (MDB) para pedir uma investigação contra Cattani por quebra de decoro e afastamento do cargo. Ela afirma que houve quebra de decoro pelo descumprimento tanto da Constituição Estadual quanto da Federal.

"A sequência de vídeos em que ele intensifica as comparações, faz chacota e usa termos pejorativos intensifica e traz prejuízo à dignidade das mulheres, cidadãs mato-grossenses. Trouxemos um documento assinado pela nossa presidente Gisela Cardoso, pedindo a suspensão/afastamento do deputado da Comissão de Direitos Humanos, enquanto durar o processo investigativo", disse.



Gilberto Leite

Representante da OAB sustenta que houve quebra de decoro parlamentar e pede responsabilização de Cattani

PEDIDO DE CASSAÇÃO

Conselho de Ética abre processo contra Medeiros

Rafael Machado

O Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados instaurou a representa-

ção feita pelo Partido dos Trabalhadores (PT) contra o deputado federal de Mato Grosso, José Medeiros (PL), para abertura de processo ético disciplinar,

por quebra de decoro parlamentar.

O PT acionou o Conselho de Ética alegando que Medeiros agrediu fisicamente o deputado do par-

Gilberto Leite



Requerimento do PT relata suposta agressão de Medeiros ao deputado do partido, Miguel Ângelo

tido, Miguel Ângelo (MG), durante uma sessão realizada no dia 8 de março deste ano.

O partido relata que Miguel se posicionou entre o deputado de MT e a deputada Gleisi Hoffmann (PR) durante uma discussão entre eles. Para o PT, Medeiros tentava intimidar e constranger a petista, durante um questionamento feito por ela durante a sessão.

"Ainda mais irritado e descontrolado com a ação defensiva do Representante, o Representado partiu para a agressão física deste, empurrando e pisando no pé do Deputado Miguel Ângelo, de forma gratuita e deliberada, demonstrando elevado destempero e intolerância democrática. Bastante agressivo e para além das agressões físicas, o Representado ainda proferiu xingamentos contra o ora

Representante [...], realidade que demonstra o total despreparo do referido Deputado para conviver democraticamente com as diferenças que deve balizar os debates e embates no Espaço Legislativo", diz trecho da representação.

Na semana passada, Medeiros ressaltou que a representação do PT é uma tentativa de intimidação e calar os principais opositores do governo Lula (PT) no Congresso Nacional. Ele acredita que os petistas estão criando uma narrativa na tentativa de impedir sua atuação.

"Mais uma vez eles [PT e aliados] tentam de forma antidemocrática colocar uma mordça nos opositores desse governo. É o modus operandi dos governos petistas, que seguem os regimes autoritários que ainda existem em alguns lugares do mundo. Apesar disso, não vou me

intimidar! Vou continuar denunciando os desmandos do governo Lula e cobrando o cumprimento das promessas de campanha. O PT precisa descer do palanque, parar de procurar factóides para desviar o foco e começar a trabalhar", frisou Medeiros.

Durante a reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, nesta terça-feira, 30 de maio, o deputado Leur Lomanto Júnior (União-BR) leu a instauração do processo contra o deputado e pediu que ele seja notificado sobre a abertura do procedimento.

Além disso, foi realizado o sorteio de nomes para formar a lista tríplice para escolha do relator. Entre os nomes sorteados foram os deputados Albuquerque (Republicanos-RR), Ricardo Ayres (Republicanos-TO) e Gutemberg Reis (MDB-RJ).

DE VOLTA À ESTACA ZERO

Projeto que proíbe transporte de peixes por 5 anos causa revolta

Texto seria votado na manhã desta quarta, 31, mas foi travado por um pedido de vista

Gabriel Soares e
Rafael Machado

Um projeto enviado de última hora pelo governo de Mato Grosso causou confusão na Assembleia Legislativa na manhã desta quarta-feira, 31 de maio. O texto proíbe o transporte, armazenamento e comercialização de peixes pescados nos rios de Mato Grosso pelo prazo de cinco anos. O texto prevê que a proibição

começa a valer em janeiro de 2024, sob o argumento de que é necessário repovoar os rios.

O texto foi encaminhado para primeira votação em plenário nesta quarta, mas a análise foi suspensa por um pedido de vista do deputado estadual Wilson Santos (PSD). Ele estava em viagem a Brasília, para debater com ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre a disputa de terras

entre Mato Grosso e o Pará, mas retornou imediatamente ao saber da existência do projeto.

Para justificar a matéria, o governo cita que desde 2009 se debate a redução dos estoques pesqueiros nos rios de Mato Grosso, que levaram à adoção de uma série de medidas. Porém, o governo defende que a proibição é necessária "para gerar ainda mais resultados positivos".

Gilberto Leite

O texto prevê que o Estado deverá pagar auxílio aos pescadores profissionais, no valor de um salário mínimo (atualmente em R\$ 1.320), durante o tempo que durar a proibição. Estipula ainda que ficará liberada apenas a pesca na modalidade 'pesque e solte' e para a subsistência. Também não se aplica aos peixes capturados à beira do rio para consumo em restaurantes, hotéis, ranchos, pousadas, barrancos, acampamentos e similares.

Para a presidente da Associação do Segmento da Pesca de Mato Grosso, Nilma Silva, o texto apresentado pelo governo é semelhante ao Cota Zero, que foi apresentado pelo governo em 2019 e acabou sendo arquivado devido à resistência dos pescadores. Ela afirma que a proibição de transporte acaba tendo o mesmo resultado que a proibição de pesca, que constava no projeto anterior.

"Me responda se isso não é ceifar o direito do pai de família, de sobreviver. Que direito ele tem de fazer isso? Me responde se não é o Cota Zero? Mudou o nome, mas a finalidade é a mesma. Agora é Transporte Zero. A finalidade é a mesma", desabafou.



Para a presidente da Associação do Segmento da Pesca de Mato Grosso, Nilma Silva, o texto apresentado é semelhante ao Cota Zero

IMUNIZAÇÃO

Vacinação contra Influenza é prorrogada até 30 de junho

Ana Lazarini | SES-MT

A Secretaria de Estado de Saúde (SES-MT) prorrogou a campanha de vacinação contra a Influenza em Mato Grosso até o dia 30 de junho. A medida leva em consideração o cenário atual de cobertura vacinal no Estado, que é de 41% dos públicos prioritários para a imunização.

Conforme documento emitido aos 141 municípios, a orientação é para que as gestões municipais atendam às norma-

tivas do Plano Nacional de Imunização (PNI), que ampliou a oferta da vacina contra a Influenza para toda a população não vacinada a partir de 6 meses de idade.

O documento ainda reforça a importância da vacinação dos públicos prioritários para a campanha: gestantes, idosos, puérperas, trabalhadores da saúde, professores e crianças de seis meses a menores de quatro anos.

"Essa prorrogação deve ir até quando os

municípios tiverem doses disponíveis. A tendência é acabar antes do dia 30 de junho. O Estado já distribuiu mais de 1 milhão de vacinas e deve receber uma última remessa com 162 mil doses. Conclamamos a população para a vacinação", diz a superintendente de Vigilância em Saúde da SES, Alessandra Moraes.

A gestora informa que a estimativa é vacinar 1.286.184 pessoas em Mato Grosso. "Nossa meta é vacinar pelo menos

90% da população prioritária. É imprescindível o apoio dos municípios no alcance do público alvo", ressalta a gestora.

A influenza é uma infecção viral aguda que afeta o sistema respiratório e é de alta transmissibilidade. A estratégia de vacinação contra a influenza foi incorporada pelo Programa Nacional de Imunizações (PNI) em 1999, com o propósito de reduzir internações, complicações e óbitos na população-alvo.

MELHORIAS

Estação Bispo Dom José passará por reforma na próxima semana

Bruno Vicente |
Pref. de Cuiabá

A Empresa Cuiabana de Zeladoria e Serviços Urbanos (Limpurb) iniciará, na próxima semana, uma operação de reforma completa da Estação Bispo Dom José. A ação será executada por meio do programa Pit Stop e contemplará a estrutura com atividades que irão garantir maior conforto e segurança aos usuários do transporte público da Capital.

Conforme o cronograma da Limpurb, a previsão é de que a atuação no local dure cerca de três semanas. Nesse período, serão executados os trabalhos de reparo no piso, recuperação do teto (for-

ro e telhado), melhoria no sistema de climatização e na segurança das portas de acesso, recomposição de cabeamento elétrico, pintura, restauração de bancos e lixeiras, e iluminação.

"Trata-se de uma estação com grande volume diário de passageiros. Dessa forma, esse trabalho será feito em total alinhamento com a Secretaria de Mobilidade Urbana (Semob). Antes de iniciarmos a reforma, será colocado em prática um plano de remanejamento provisório das linhas de ônibus que param no local", explica o diretor-geral, Júnior Leite.

O diretor-geral da empresa pública relata ainda que, pensando

em garantir a proteção do patrimônio público, está em andamento um processo licitatório que resultará na contratação de mão de obra. Entre os serviços que estão incluídos nesse processo está a disponibilização de vigias que atuarão em todas as estações de ônibus.

"Infelizmente, as estações são, constantemente, alvo de furtos e depredação, que geram prejuízos financeiros e também no funcionamento das estruturas. A Secretaria de Ordem Pública (Sorp) faz o trabalho de rondas, mas verificamos a necessidade de manter uma vigilância fixa para combater essas práticas", completa Júnior.

POLÍCIA

Reprodução | Montagem



No local, havia cobertas e outros tecidos que teriam sido usados para encobrir o cadáver

EXECUÇÃO EM SINOP

Cadáver com buraco de bala na cabeça é achado em cova

Igor Guilherme e
Joãozinho Carlos

Um homem, de identidade não revelada, foi encontrado morto e em avançado estado de decomposição em uma cova localizada na Fazenda Lagoa durante a manhã de terça-feira (30), em Sinop. O cadáver apresentava sinais de espancamento, e o crânio estava marcado com dois buracos de bala.

Conforme o boletim de ocorrência, testemunhas localizaram o corpo e acionaram equipes da Polícia Civil e da Perícia

Oficial de Identificação Técnica. No local, os peritos constataram que o corpo parecia ter sido desovado, pois havia roupas, cobertas e outros tecidos utilizados para encobrir o cadáver.

Ainda na cena do crime, os policiais encontraram fios de energia e cabos de carregador, supostamente utilizados para amarrar o cadáver.

O corpo foi encaminhado ao Instituto Médico Legal (IML), onde passará por exame de necropsia.

O caso está sendo investigado.

VÍTIMA DE SALVE

Jovem é espancado e deixado no meio da rua pra morrer

Igor Guilherme

Alisson de Almeida Danelichen de Carvalho, cuja idade não foi revelada, foi encontrado gravemente ferido após ser alvo de um "salve" por parte de criminosos. Ele foi encontrado sentado em um meio-fio da Rua Capitão Costa, na noite de terça-feira (30), em Várzea Grande.

De acordo com as informações, os agentes

da Guarda Municipal de Várzea Grande foram os primeiros a entrar em contato com o jovem e acionaram o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu), que compareceu ao local, mas Alisson recusou o atendimento.

Não há informações disponíveis sobre o motivo pelo qual o rapaz foi alvo do "salve" ou a identidade dos agressores.

VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Homem tenta intimidar mulher no grito e leva tapa na cara

Igor Guilherme

Um homem, de identidade não revelada, foi preso por intimidar sua companheira e por deixá-la trancada propositalmente para fora de casa durante uma hora. O caso foi registrado na manhã de terça-feira (30), no bairro Jardim Costa Verde, em Várzea Grande. Durante a discussão dos dois, o homem tentou intimidá-la no grito e acabou levando um tapa na cara.

Conforme o boletim de ocorrência, o casal havia discutido um dia anterior

e a mulher, com medo, foi embora da residência. Ao retornar, a vítima percebeu que o cadeado do portão havia sido trocado. A mulher tentou entrar, mas só depois de uma hora conseguiu.

Dentro da casa, uma discussão entre ela e o companheiro começou e após acertar um tapa na cara dele, a mulher chamou a Polícia e relatou que estava se sentindo ameaçada há algum tempo.

O homem foi preso e ao ser conduzido, reclamou de dor no rosto.

O caso é investigado.

PEGO EM BLITZ

Foragido por atropelamento e morte no trânsito é preso

Igor Guilherme

Um homem, de identidade não revelada e foragido há quatro anos pelo crime de homicídio culposo - quando não há intenção de matar -, foi preso por policiais militares enquanto passava por uma blitz realizada na tarde de terça-feira (30), na MT-100, próxima da cidade de Torixoréu.

Conforme o boletim de ocorrência, o homem obedeceu à ordem de parada dos policiais na blitz, e os militares descobriram o mandado de prisão emitido pela comarca do município de Aragarças, em Goiás.

O homem foi preso e levado à delegacia, onde estará à disposição da justiça.

Av. Tancredo Neves, 250 - Bairro Jardim Kennedy - Fone: (65) 3051-5300 - Fax: (65) 3051 - 5333
Joani Maria de Assis Asckar
Maria Auxiliadora Assis Asckar Rabanoda

Av. Tancredo Neves, 250 - Bairro Jardim Kennedy - Fone: (65) 3051-5300 - Fax: (65) 3051 - 5333
Joani Maria de Assis Asckar
Maria Auxiliadora Assis Asckar Rabanoda

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PÚBLICAS - SMOP
RESULTADO FINAL - TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2023/PMC

Av. Tancredo Neves, 250 - Bairro Jardim Kennedy - Fone: (65) 3051-5300 - Fax: (65) 3051 - 5333
Joani Maria de Assis Asckar
Maria Auxiliadora Assis Asckar Rabanoda

Av. Tancredo Neves, 250 - Bairro Jardim Kennedy - Fone: (65) 3051-5300 - Fax: (65) 3051 - 5333
Joani Maria de Assis Asckar
Maria Auxiliadora Assis Asckar Rabanoda

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PÚBLICAS - SMOP
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2023/PMC

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SINFRA - SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA
AVISO DE JULGAMENTO DE RECURSO
PROCESSO Nº SINFRA-PRO-2022/1163 - RDC PRESENCIAL - EDITAL Nº 02/2023

Av. Tancredo Neves, 250 - Bairro Jardim Kennedy - Fone: (65) 3051-5300 - Fax: (65) 3051 - 5333
Joani Maria de Assis Asckar
Maria Auxiliadora Assis Asckar Rabanoda

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PÚBLICAS - SMOP
AVISO DE RESULTADO DE HABILITAÇÃO - CONCORRÊNCIA Nº 002/2023/PMC

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
SINFRA - SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
RDC PRESENCIAL - EDITAL Nº 02/2023 - PROCESSO Nº SINFRA-PRO-2022/1163

Av. Tancredo Neves, 250 - Bairro Jardim Kennedy - Fone: (65) 3051-5300 - Fax: (65) 3051 - 5333
Joani Maria de Assis Asckar
Maria Auxiliadora Assis Asckar Rabanoda

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PÚBLICAS - SMOP
AVISO DE RESULTADO FINAL, ADJUDICAÇÃO E TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO/SRP Nº 012/2023/PMC

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
SINFRA - SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
RDC PRESENCIAL - EDITAL Nº 02/2023 - PROCESSO Nº SINFRA-PRO-2022/1163

Av. Tancredo Neves, 250 - Bairro Jardim Kennedy - Fone: (65) 3051-5300 - Fax: (65) 3051 - 5333
Joani Maria de Assis Asckar
Maria Auxiliadora Assis Asckar Rabanoda

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PÚBLICAS - SMOP
AVISO DE RESULTADO FINAL, ADJUDICAÇÃO E TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO/SRP Nº 020/2023/PMC

Município de Rondonópolis, CNPJ:03347101/0001-21 torna público que requereu junto à Secretaria Municipal de Meio Ambiente, SEMMA, a Licença Prévia e de Instalação, para atividade de Pavimentação Urbana (702,20 m extensão total) em trecho da Av. Bandeirantes (duplicação de pista) na região do bairro Jard. Das Flores, no município de Rondonópolis – MT.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS
TERMO DE RATIFICAÇÃO Nº 91/2023
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
O Senhor JOSÉ CARLOS JUNQUEIRA DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Rondonópolis, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e especificamente nos termos do art. 25, caput, da Lei Federal nº 8.666, de junho de 1993, RATIFICA O PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 91/2023, com fulcro no Parecer Jurídico n.º 180/2023/ASSESSORIA/COMPRAS/SAD, que apreciou o processo administrativo na modalidade de Inexigibilidade de Licitação, e diante da situação fática, de acordo com a Lei de Licitações, manifestou a favor do Licitante: DIGITRO TECNOLOGIA S/A, com sede em Florianópolis-SC, inscrita no CNPJ: 83.XXX.8003/0001-76.CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE AVALIAÇÃO, DIAGNÓSTICO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE TELEFONIA DA PREFEITURA MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE RONDONÓPOLIS – MT.VALOR DA INEXIGIBILIDADE: R\$ 9.813,59 (NOVE MIL, OITOCENTOS E TREZE REAIS, CINQUENTA E NOVE CENTAVOS).Publique-se no átrio desta Prefeitura, no Diário Oficial do Município – DIORONDONO, no jornal de circulação local Jornal Estadão, no Diário Oficial Eletrônico dos Municípios e no Diário Oficial de Contas, para ciência de todos os interessados observadas as prescrições legais.

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SINFRA - SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA
AVISO DE REQUERIMENTO DE LICENÇAS AMBIENTAIS (LP/LI)
A SINFRA - Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística torna público que requereu junto à SEMA-MT as Licenças Ambientais (Licença Prévia e Licença de Instalação), referente à Implantação e Pavimentação do Rodovia STR – 04 – Estrada Pacoval, trecho: Perimetro urbano da comunidade Pacoval Nova Brusque – KM 15,22, com extensão total de 15,22 km de extensão, no município de Santa Rita do Trivelato/MT.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS
AVISO DE LICITAÇÃO – TOMADA DE PREÇO Nº 36/2023
TIPO DESTA LICITAÇÃO: “MENOR PREÇO”.
A Prefeitura Municipal de Rondonópolis, Estado de Mato Grosso, localizada à Avenida Duque de Caxias, nº 1.000, Bairro Vila Aurora, torna público e oficial para conhecimento dos interessados que por ordem do Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Rondonópolis-MT, que através de sua Comissão Permanente de Licitação, realizará a tomada de preço em epígrafe às 09:00 horas do dia 16 (dezesseis) de junho de 2023, na sala de licitações da Secretaria Municipal de Administração, a abertura dos envelopes nº 01 e 02, contendo os documentos de habilitação e proposta comercial, respectivamente, para aquisição do seguinte objeto: “Contratação de empresa para execução de extensão de rede para iluminação pública no canteiro central em frente a Exposul, localizado na MT 383, no Município de Rondonópolis - MT, conforme projeto básico, justificativa de qualificação técnica e justificativa de qualificação econômica-financeira parte integrante do projeto básico encaminhada pela Secretaria Municipal de Infraestrutura anexo a edital”. Os interessados poderão retirar a pasta contendo o edital completo, na sede da Prefeitura Municipal, no endereço acima citado, mediante apresentação de cd-rom ou pen-drive, no horário das 13:00 às 17:00 horas em dias úteis, ou solicitar através do licitacaorondonopolis@hotmail.com, licitacaorondonopolis@gmail.com ou retirar no site www.rondonopolis.mt.gov.br.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
“RETIFICAÇÃO DO RESULTADO DE JULGAMENTO DE CREDENCIAMENTO Nº 01/2023”
A PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, Estado de Mato Grosso, torna público a todos interessados, que em Licitação na Modalidade CREDENCIAMENTO nº 01/2023, tendo como objeto: Credenciamento de leiloeiros para a prestação dos serviços de alienação de bens móveis de propriedade do Município de Rondonópolis - MT , pelo período de 12 (doze) meses, recebidos a qualquer título, por meio de licitação na modalidade de leilão público, de acordo com os critérios, termos e condições estabelecidas neste instrumento e seus anexos, pela Constituição Federal de 1988; lei federal nº 8.666/93, e suas alterações; pela lei nº 8.934/94; pelos decretos federais nº 21.981/32 e 1.800/96; pela instrução normativa nº 113 de 28 de abril de 2010 expedida pelo departamento nacional de registro do comércio (dnrc) e instrução normativa spa 05/2022; e no que couber pelas demais normas que disciplinam a matéria; bem como pelas especificações estabelecidas no termo de referência, documento que constitui o anexo i do edital, que após a análise detalhada da documentação apresentada pelos leiloeiros participantes, a comissão de licitação julgou INABILITADOS os seguintes leiloeiros: FLARES AGUIAR DA SILVA, ALVARO ANTONIO MUSSA PEREIRA, KLEIBER LEITE PEREIRA JUNIOR, POLIANA MEKJEVS CALÇA, BRUNO PIMENTEL ROSA, VICTOR ALBERTO SEVERINO FRAZÃO, DANIEL ELIAS GARCIA, JOSÉ IVANILDO DE SOUSA DAMASCENO, KLEIBER LEITE PEREIRA e LUZINETE MUSSA DE MORAES PEREIRA. De acordo com o art. 48 § 3: Quando todos os licitantes forem inabilitados ou todas as propostas forem desclassificadas, a administração poderá fixar aos licitantes o prazo de oito dias úteis para a apresentação de nova documentação ou de outras propostas escoimadas das causas referidas neste artigo, facultada, no caso de convite, a redução deste prazo para três dias úteis. Sendo assim a Comissão abre prazo de 08 (oito) dias úteis para apresentação de documentação. O resultado do julgamento de Habilitação será publicada no Diário Oficial do Município – DIORONDONO, caso alguma licitante fique DESCREDENCIADO inicia prazo recursal de 05 (cinco) dias úteis. Decorrido os prazos recursais será publicado convocação dos Leiloeiros habilitados para a realização do sorteio destinado à elaboração do rol de credenciados, ata completa disponível no DIORONDONO.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 27/2023
Processo Nº 876182/2023
O Município de Várzea Grande, através da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, por intermédio da autoridade competente o Senhor Silvío Aparecido Fidelis, torna público para conhecimento de todos os interessados que fará realizar licitação, na modalidade PREGÃO na forma ELETRÔNICA, para REGISTRO DE PREÇOS com critério de julgamento MENOR PREÇO POR ITEM, objetivando o Registro de preço para futura e eventual aquisição de ônibus de 30 (trinta) lugares por meio do convênio firmado junto ao governo do estado com nº 2624-2022 para atender centro de referência paraolímpico superintendência de esporte e lazer da secretaria de educação, cultura, esporte e lazer do município de Várzea Grande/MT, a ser realizada no dia 20 de junho de 2023, às 10:00 horas (horário de Brasília), através do Sistema BLL Compras da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil (www.bllcompras.org.br) que será conduzido neste processo pela pregoeira oficial, Sra. Elizângela Batista de Oliveira designada pela Portaria Nº 332/2023. O Edital completo está à disposição dos interessados gratuitamente nos seguintes sites: www.bllcompras.org.br e www.varzeagrande.mt.gov.br.

MARCUS PAULO DE PAULA BRAGA EIRELI ME (FLUXO TRANSPORTES), CNPJ: 23.937.728/0001-40, localizado na Rua N, 693, Distrito Industrial, Município de Cuiabá/MT, torna público que requereu junto a SEMA/MT, a Licença Ambiental Simplificada – LAS, para a atividade de transporte de produtos perigosos.

Rondonópolis-MT, 29 de maio de 2023
JOSÉ CARLOS JUNQUEIRA DE ARAÚJO
Prefeito de Rondonópolis

PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº26 /2023
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 874428/2023
O Município de Várzea Grande, por intermédio Fundo Municipal de Saúde, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 11.364.895/0001-60, torna público para conhecimento de todos os interessados que fará realizar licitação, para REGISTRO DE PREÇOS, na modalidade de PREGÃO na forma ELETRÔNICA, modo de disputa “ABERTO” com critério de julgamento MENOR PREÇO POR ITEM, Edital Nº.26 /2023 e seus Anexos. O objeto da presente licitação é REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE FRALDAS DESCARTÁVEIS ADULTO E INFANTIL PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE VÁRZEA GRANDE-MT. A realização está prevista para o dia 19 de junho de 2023, às 10h00min (horário Brasília - DF). O Edital completo está à disposição dos interessados nos seguintes sites: www.bllcompras.org.br e www.varzeagrande.mt.gov.br.

ANUNCIE
(65) 99830-1111

Rondonópolis-MT, 31 de maio de 2023
Paula Cristiane Moraes Pereira
Presidente da Comissão de Licitação

Várzea Grande/MT, 31 de maio de 2023
Silvío Aparecido Fidelis
Secretário Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Rondonópolis-MT, 31 de maio de 2023
Paula Cristiane Moraes Pereira
Presidente da Comissão de Licitação



HEBERT MATTOS

hebertmattos@hotmail.com



A empresária e colaboradora do Programa Estilo Thatiana Rabelo, curtindo dias inesquecíveis em Paris



É com imensa alegria que anunciamos a chegada da mais nova loja de Decoração e Curadoria, SINGLE DECOR. Destaque para as irmãs e empresárias Marcela Braga e Joyce Braga Guimarães, que iniciam um novo ciclo dentro da construção civil e arquitetura, inovando e trazendo o que há de mais refinado no mercado de decoração, com a inauguração da loja Single Decor. Promete ser um sucesso!



Toda a elegância da empresária Célia Mello, que está fazendo muito sucesso à frente do restaurante Mirante das Águas, que além de ser um paraíso por contemplar seus clientes com uma linda natureza, oferece pratos irresistíveis e um atendimento excelente. Eu super recomendo!



O proprietário do escritório LA Music, Liomar Almeida, que realizou com grande sucesso a primeira edição do "Cerva e Brasa", que contou com a animação de Wender e Falcão, Henzo e Rodrigo, Walter Sander e Junior e Moraes. O evento já promete uma nova edição em outubro. Aguardem!



Durante a inauguração da Constructo Hub, em Cuiabá, os empresários Theo Moussalem, Ana Carolina Diniz e Antônio Paes de Barros

ESTILO

➔ Já é um sucesso e muito aguardado o show do ator e cantor Silvero Pereira, que desembarca em Cuiabá no próximo dia 10 de junho, no Teatro da UFMT, para interpretar as canções de Belchior. No show, o público irá relembrar diversas músicas conhecidas do grande artista cearense. Adquirá seu ingresso em ingressodigital.com

➔ A querida colunista social Karina Nogueira recebe seus amigos para comemorar o seu aniversário no badalado restaurante Aragon. Os pratos serão assinados pela chef Carol Manhozo. Com certeza será muito prestigiada!

➔ Recentemente aproveitando alguns dias de descanso em um tour pela Itália, Eloisa Vicente de Campos, com o amigo Wagner Parrera, o colunista social de Sinop.

➔ No início da semana a primeira-dama de Cuiabá, Marcia Pinheiro, recebeu a imprensa para o lançamento oficial da terceira edição do seu Bazar, que terá renda revertida à Rede Feminina de Combate ao Câncer.



O colunista Ungareth Paz celebrando o aniversário da procuradora do Estado Gabriela Novis Neves, com a juíza Ana Paula Carlota Miranda e as procuradoras Fabíola Garcia Cardoso e Ethienne Gaião, com Alessandra Reis Garcia, no Haru. Viva a vida!